

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.184 - SC (2016/0080056-3)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL  
AGRAVADO : SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ADVOGADO : THIAGO VINÍCIUS AMARAL E OUTRO(S) - SC027637

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ARMA DE FOGO. REGISTRO E RENOVAÇÃO. ISENÇÃO DA TAXA. LEI 10.826/2003. POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS APOSENTADOS. BENEFÍCIO VINCULADO AO EFETIVO EXERCÍCIO DO CARGO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL ESPECÍFICA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA NO QUE TOCA À ISENÇÃO TRIBUTÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 111 DO CTN. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PARA, REAPRECIANDO O RECURSO ESPECIAL DO ENTE PÚBLICO, DAR PROVIMENTO AO APELO RARO.*

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pela FAZENDA NACIONAL contra decisão monocrática de minha lavra proferida com a seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ARMA DE FOGO. REGISTRO E RENOVAÇÃO. ISENÇÃO DA TAXA. LEI 10.826/2003. POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS APOSENTADOS. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE DECIDIU A LIDE COM BASE NO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO NESTA SEARA RECURSAL. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO (fls. 273).*

2. Na ocasião, foi mantido o julgamento da Corte de origem, assim ementado:

*TRIBUTÁRIO. REGISTRO E RENOVAÇÃO DE ARMA DE FOGO. LEI 10.826/03. TAXA. POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS APOSENTADOS. ISENÇÃO.*

1. *Adoção de entendimento já exarado pela 2ª Turma deste Regional. Fundamentos adotados como razão de decidir. TRF4, APELREEX 5026183- 66.2013.404.7000, Segunda Turma, Relator p/ Acórdão Otávio Roberto Pamplona, juntado aos autos em 06/11/2014.*

2. *Consideração de que os aposentados são*

*integrantes do Órgão, neste caso, da Polícia Rodoviária Federal de SC.*

3. *Inexistência de violação ao art. 111 do CTN, que preceitua que as isenções devem ser interpretadas literalmente, porquanto os inativos continuam vinculados ao órgão respectivo como tal.*

4. *O segundo argumento remete à legislação que autoriza o porte de arma de fogo aos policiais aposentados. A autorização nestes casos considera a situação peculiar do policial que, embora aposentado, está exposto a risco potencial decorrente do exercício da atividade no passado, que não se exaure necessariamente com a sua aposentadoria, e que diz respeito à sua segurança pessoal. Os mesmos motivos que justificam a autorização do porte de arma de fogo aos aposentados, sustentam a tese de que devem ser considerados como incluídos no rol do §2º do 11 da Lei 10.826/2003, ou seja, isentos da taxa. Portanto, a situação peculiar da aposentadoria não é suficiente para afastar a incidência da isenção nestes casos.*

5. *Inversão dos ônus de sucumbência (fls. 274).*

3. *Alega a agravante, em resumo, que apesar da consideração acerca da isonomia, o próprio trecho do acórdão regional transcrito na decisão agravada em ff. 275/275 demonstra que o tribunal de origem não se baseou apenas na mencionada isonomia, tendo feito referência a dispositivos da legislação infraconstitucional (fls. 285).*

4. *A parte agravada não apresentou Impugnação (fls. 290).*

5. *É o relatório.*

6. *Em face das razões lançadas no presente recurso, reconsidero a decisão de fls. 273/278 e passo à nova análise do Recurso Especial do Ente Público.*

7. *Quanto à alegação de que a matéria tem cunho infraconstitucional, reporto-me a bem lançada decisão proferida pelo Min. LUIZ FUX, do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 1.022.016/RS, DJe*

2.3.2017, que tratou da matéria posta em debate. Confira-se:

*No que se refere à matéria de fundo, o Tribunal a quo entendeu que os policiais rodoviários federais teriam direito à isenção da taxa de emissão, renovação, transferência e expedição de segunda via do registro de arma de fogo, prevista no artigo 11, § 2º, da Lei 10.826/2003, porquanto permaneceriam integrados à corporação.*

*Nesse contexto, verifica-se que concluir diversamente do acórdão recorrido, quanto à abrangência da supracitada isenção, demandaria a interpretação da legislação infraconstitucional de regência, de forma que eventual ofensa à Constituição Federal seria meramente indireta e reflexa, o que inviabiliza o exame da matéria na via estreita do recurso extraordinário. In casu, incide, mutatis mutandis, o óbice da Súmula 636 do STF, que dispõe: Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.*

8. Passando ao mérito da controvérsia, tenho que razão assiste à FAZENDA NACIONAL. Explico.

9. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária ajuizada pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de Santa Catarina, buscando provimento jurisdicional que suspenda a cobrança das Taxas referidas no art. 11 da Lei 10.826/2003 para o registro, renovação de registro, transferência e expedição de segunda via de registro de armas de fogo para servidores inativos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com base na isenção constante no § 2o. do mencionado artigo.

10. A Corte regional considerou que os aposentados são integrantes do órgão, razão pela qual fazem jus à manutenção da isenção concedida aos Ativos daquele órgão.

11. Não obstante ser correta a exegese que reconhece a manutenção do vínculo dos inativos com o quadro da Polícia Rodoviária Federal e mais, que os mesmos gozam de autorização para manter o porte de arma de fogo, ainda que aposentados, tenho que a isenção àqueles concedida, não deve abarcar aos servidores aposentados, já que não mais exercem as atividades intrínsecas ao cargo.

12. Ao contrário, o benefício fiscal outorgado aos servidores ativos decorre da própria atividade de risco a que estão expostos por força das regulares atribuições do cargo que exercem. Nesse sentido:

*TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. TAXA PARA EMISSÃO, RENOVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E EXPEDIÇÃO DE SEGUNDA VIA DE CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO PARTICULAR. ISENÇÃO. ARTS. 6º E 11, § 2º, DA LEI 10.826/03 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO). EXTENSÃO AOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS APOSENTADOS. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO VINCULADO AO EFETIVO EXERCÍCIO DO CARGO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL ESPECÍFICA. NORMA ISENTIVA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. INVIABILIDADE.*

*I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.*

*II – A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.*

*III – A aposentadoria constitui forma de vacância do cargo público, a qual, ao promover a extinção da relação estatutária, altera a espécie do vínculo mantido pelo servidor com a Administração Pública. Regularmente concedida, a aposentação despoja o servidor dos deveres e das obrigações inerentes ao exercício assíduo e concreto das atividades intrínsecas ao cargo.*

*IV – Se, por um lado, ao passar à inatividade o servidor é eximido de ônus funcionais, por outro é razoável que deixe de usufruir, via de regra, de direitos e instrumentos colocados à sua disposição para o desempenho efetivo do cargo, discrimen esse justificado por aspectos factuais e axiológicos diferenciados.*

*V – Embora o agente de segurança pública preserve em certa medida o vínculo institucional com a corporação, esse liame é, a partir da aposentadoria, de cunho preponderantemente previdenciário.*

*VI – A norma isentiva do art. 11, § 2º, da Lei 10.826/03, destina-se aos servidores ativos, é dizer, aqueles cuja utilização da arma de fogo, institucional e/ou particular, é indeclinável em virtude do risco a que estão expostos por força do exercício diuturno e efetivo das atribuições do cargo.*

*VII – A pretensão de reconhecimento da isenção refere-se aos trâmites de controle e fiscalização envolvendo armas particulares de policiais inativos, em nada afetando o direito desse segmento de portar arma de fogo, uma vez cumpridos os requisitos legais.*

*VIII – A transposição do agente de segurança pública para a inatividade não suprime o seu direito de defesa pessoal mediante emprego de arma de fogo, não mitigando essa assertiva a necessidade de pagamento de módica taxa apenas a cada cinco anos, no caso de renovação de registro, a teor do disposto no art. 16, § 2º, do Decreto n. 5.123/04.*

*IX – Ausente previsão legal expressa autorizadora da extensão do benefício fiscal aos policiais rodoviários federais aposentados, a exegese que se coaduna com a outorga do benefício fiscal do art. 11, § 2º, da Lei n. 10.826/03, é aquela segundo a qual a norma isentiva deve alcançar apenas a esfera jurídica dos policiais no exercício efetivo do cargo.*

*X – Recurso especial provido (REsp. 1.530.017/PR, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 29.9.2017).*

13. Ademais, o cânone hermenêutico quando se trata de legislação que concede isenção tributária é a interpretação restritiva nos termos do art. 111 do CTN, proibindo-se o recurso a outras formas de interpretação que ampliem o benefício fiscal ou a integração mediante analogia. Nesse sentido, citam-se os seguintes julgados:

*TRIBUTÁRIO. BENEFÍCIO FISCAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA. ART. 1º, XIV, DA LEI 10.925/2004. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.*

1. *As disposições tributárias que concedem benefícios fiscais demandam interpretação literal, a teor do disposto no art. 111 do CTN.*

2. *O art. 1º, XIV, da Lei 10.925/2004 reduz à alíquota zero de PIS e COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de farinha de trigo classificada no código 1101.00.10 da TIPI, o que restringe o benefício apenas ao produto especificamente enquadrado no indigitado código classificatório.*

3. *A farinha de rosca não pode ser enquadrada no apontado código, pois as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), no Capítulo 11, ao explicitar as Considerações Gerais, apenas estabelecem que a farinha de rosca devem submeter-se à posição 1101 (Farinhas de trigo*

*ou de mistura de trigo com centeio) para fins classificatórios, mas em nada a equiparam à farinha de trigo prevista no código 1101.00.10.*

4. *Ou seja, a farinha de rosca enquadra-se na posição 11.01, mas não se pode deduzir deste fato que sua classificação seja no específico código 1101.00.10, o que afasta a pretensão recursal da parte de beneficiar-se da alíquota zero, porquanto inviável a interpretação extensiva almejada.*

*Recurso especial improvido (REsp. 1.410.259/PR, Rel. Min.HUMBERTO MARTINS, DJe 9.10.2015).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. PIS E COFINS. CREDITAMENTO. LEIS 10.637/2002 E 10.833/2003. NÃO-CUMULATIVIDADE. ART. 195, § 12, DA CF. MATÉRIA EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INSTRUÇÕES NORMATIVAS SRF 247/02 e SRF 404/04. EXPLICITAÇÃO DO CONCEITO DE INSUMO. BENS E SERVIÇOS EMPREGADOS OU UTILIZADOS DIRETAMENTE NO PROCESSO PRODUTIVO. BENEFÍCIO FISCAL. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 111 CTN.*

1. *Inexiste violação do art. 535 do CPC quando o Tribunal de origem se manifesta, fundamentadamente, sobre as questões que lhe foram submetidas, apreciando de forma integral a controvérsia posta nos presentes autos.*

2. *Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo (Súmula 211/STJ).*

3. *A análise do alcance do conceito de não-cumulatividade, previsto no art. 195, § 12, da CF, é vedada neste Tribunal Superior sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.*

4. *As Instruções Normativas SRF 247/02 e SRF 404/04 não restringem, mas apenas explicitam o conceito de insumos previsto nas Leis 10.637/02 e 10.833/03.*

5. *Possibilidade de creditamento de PIS e COFINS apenas em relação aos os bens e serviços empregados ou utilizados diretamente sobre o produto em fabricação.*

6. *Interpretação extensiva que não se admite nos*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

*casos de concessão de benefício fiscal (art. 111 do CTN). Precedentes: AgRg no REsp 1.335.014/CE, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 8/2/13, e REsp 1.140.723/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 22/9/10.*

7. *Recurso especial a que se nega provimento*  
(REsp. 1.128.018/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 4.12.2013).

14. Ante o exposto, dá-se provimento ao Agravo Interno para, em juízo de retratação, dar provimento ao Recurso Especial da FAZENDA NACIONAL, nos termos da fundamentação supra. Invertidos os ônus sucumbenciais.

15. Publique-se.

16. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR